

DIFERENÇA ANATÔMICA ENTRE OS SEXOS: fundamentos da opressão contra as mulheres

ANATOMICAL DIFFERENCE BETWEEN THE SEXES: foundations of oppression against women

Agna Farias¹
Andréia da Silva Stenner²

RESUMO: Este artigo desenvolve uma genealogia crítica da noção de diferença sexual na psicanálise, examinando o diálogo tenso entre a tradição freudiano-lacaniana, os feminismos e os estudos de gênero. Argumenta-se que a “anatomia” operou historicamente como uma ficção normativa, convertendo hierarquias sociais em destinos psíquicos universalizados. A partir das contribuições de autoras como Horney, Deutsch, Lampl-de Groot, Beauvoir, Irigaray, Wittig, Rubin, Haraway, Butler, Oyěwùmí e Preciado, demonstra-se que sexo e gênero se constituem como categorias historicamente situadas, regulatórias e atravessadas por relações de poder. Sustenta-se, por fim, que a psicanálise preserva sua relevância clínica na medida em que reconhece sua inscrição histórica e se mantém aberta à escuta das vozes que tensionam seus próprios limites teóricos.

Palavras-chave: Psicanálise; Diferença sexual; Gênero; Feminismo; Genealogia.

ABSTRACT: This article develops a critical genealogy of the notion of sexual difference in psychoanalysis, examining the tense dialogue between the Freudian–Lacanian tradition, feminist theory, and gender studies. It argues that “anatomy” has historically functioned as a normative fiction, transforming social hierarchies into universalized psychic destinies. Drawing on the contributions of authors such as Horney, Deutsch, Lampl-de Groot, Beauvoir, Irigaray, Wittig, Rubin, Haraway, Butler, Oyěwùmí, and Preciado, the article demonstrates that sex and gender are constituted as historically situated, regulatory categories traversed by relations of power. Finally, it contends that psychoanalysis preserves its clinical relevance insofar as it acknowledges its historical inscription and remains open to listening to the voices that challenge its own theoretical limits.

Keywords: Psychoanalysis; Sexual difference; Gender; Feminism; Genealogy.

INTRODUÇÃO

A diferença anatômica entre os sexos ocupa posição central na tradição do pensamento ocidental moderno, tendo sido reiteradamente mobilizada como fundamento natural das hierarquias sociais entre homens e mulheres. Sob a aparência de evidência biológica, a anatomia funcionou como operador simbólico capaz de converter relações

¹ Graduada em Psicologia. Psicanalista e especialista em História da Filosofia e do Pensamento Feminino. E-mail: agna.farias@gmail.com

² Doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ). Especialista em Saúde Mental (ESP-MG). Pesquisadora do PSILACS *Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo*. (UFMG). <https://orcid.org/0000-0003-0932-8187>
E-mail: andreiaستنnerpjf2@gmail.com

históricas de poder em destinos individuais, legitimando desigualdades de gênero como se fossem efeitos inevitáveis da natureza. No interior da psicanálise, esse movimento adquire especial densidade, uma vez que o corpo sexualizado passa a ser tomado como eixo estruturante da subjetividade e da organização do inconsciente.

Desde Freud, a distinção anatômica entre os sexos foi elevada à condição de princípio explicativo da constituição psíquica, articulando-se aos conceitos de complexo de Édipo, castração e sexualidade infantil. A conhecida formulação segundo a qual “a anatomia é destino” expressa não apenas uma hipótese clínica, mas uma operação epistemológica que traduz hierarquias sociais e culturais em supostos universais da vida psíquica. Ainda que Freud reconheça, em diferentes momentos, o caráter provisório de suas formulações sobre a feminilidade, sua recusa explícita ao diálogo com as críticas feministas emergentes contribuiu para a consolidação de um modelo binário, falocêntrico e hierarquizado da diferença sexual no interior da psicanálise.

Ao longo do século XX, esse modelo passou a ser intensamente tensionado por psicanalistas mulheres, filósofas feministas, antropólogas e, mais recentemente, por autoras vinculadas aos estudos de gênero, às teorias queer e às epistemologias decoloniais. Essas produções evidenciaram que sexo e gênero não constituem dados naturais, mas categorias históricas, políticas e regulatórias, produzidas em contextos específicos de dominação patriarcal e colonial. Nesse deslocamento, a diferença anatômica deixa de ser pensada como fundamento ontológico da subjetividade e passa a ser interrogada como efeito de regimes discursivos que organizam a inteligibilidade dos corpos e das formas legítimas de existência.

Este artigo propõe uma genealogia crítica da noção de diferença sexual na psicanálise, tensionado no diálogo entre a tradição freudiano-lacaniana e os feminismos. Parte-se da hipótese de que a “anatomia” operou historicamente como uma ficção normativa, capaz de transformar relações de poder em destinos psíquicos universalizados, sustentando dispositivos simbólicos de opressão das mulheres e de silenciamento das dissidências sexuais e de gênero. A análise desenvolve-se a partir de leitura teórica e histórico-crítica de textos clássicos da psicanálise, em articulação com produções feministas contemporâneas.

O percurso desenvolvido neste texto inscreve-se em uma perspectiva genealógica, entendida não como busca de uma origem ou de um fundamento último da diferença sexual, mas como método de problematização das condições históricas, discursivas e institucionais

que permitiram que a anatomia se consolidasse como evidência natural e organizadora da sexuação na psicanálise. A genealogia opera, aqui, como procedimento de desnaturalização, ao acompanhar os deslocamentos, tensões e reconfigurações internas ao próprio discurso psicanalítico, evidenciando o caráter contingente das categorias que adquiriram estatuto de universalidade. Ao articular textos clássicos da psicanálise com leituras feministas contemporâneas, o trabalho busca explicitar os efeitos teóricos e clínicos dessas construções, sem recorrer a uma lógica de refutação externa, mas interrogando os limites e impasses do saber psicanalítico a partir de sua própria historicidade.

1. DA ANATOMIA À HISTÓRIA: QUANDO A DIFERENÇA VIRA DESTINO

As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande.
— Audre Lorde

A constatação é simples, mas incômoda: desde antes de Freud, e com ele, o corpo feminino foi transformado em enigma, em ausência, em falta. O que poderia ser pensado como diferença histórica e política converteu-se em destino psíquico. Ao nomear como “anatomia” o que é, em grande medida, história, Freud ofereceu à cultura patriarcal uma gramática aparentemente neutra para hierarquizar os sexos. A resposta a essa operação veio, ao longo do século XX, de mulheres e de vozes feministas dissidentes que recusaram ser objeto mudo da teoria e passaram a falar por si. Logo, nas primeiras linhas do ensaio “*Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*” (1925), Freud reconhece o caráter incompleto e hesitante de sua comunicação. No entanto, ao final do texto, afirma que não se deixaria influenciar pelas “objeções feministas que querem nos impor uma total equiparação dos sexos”, reafirmando a centralidade do binarismo sexual em sua teoria (Freud, 1925/1996, p. 271). Essa recusa explícita ao diálogo com o feminismo anuncia um impasse que atravessará todo o século XX: a psicanálise clássica reivindica para si o estatuto de saber universal sobre a sexuação, enquanto os feminismos denunciam o caráter histórico e político da diferença sexual.

A justificativa segundo a qual Freud teria sido apenas “um homem de seu tempo” opera, muitas vezes, como expediente que desresponsabiliza a teoria de seus efeitos normativos, naturalizando a hierarquia entre os sexos sob o pretexto da historicidade. Tal

defesa anacrônica, contudo, desconsidera que, no contexto intelectual em que Freud se inscrevia, já circulavam elaborações críticas produzidas por mulheres, teoricamente consistentes, que não foram incorporadas ao corpo conceitual da psicanálise nascente. Mesmo um autor amplamente reconhecido não se encontra fora das determinações históricas e culturais que organizam os regimes de saber de sua época. A psicanálise constitui-se, assim, a partir de pressupostos que a filosofia e a teoria feminista viriam posteriormente a problematizar, ao evidenciar o caráter histórico e contingente daquilo que se apresentou como evidência natural: a diferença anatômica entre os sexos.

Neste sentido, Simone de Beauvoir sintetiza esse deslocamento em *O segundo sexo* ao afirmar que “não se nasce mulher: torna-se” (Beauvoir, 2019, p. 11). Com essa formulação, a filósofa desloca o debate da biologia para a história, desmontando a noção de uma essência feminina derivada da anatomia. O que Freud entende como destino, Beauvoir mostra ser resultado de práticas sociais, institucionais e simbólicas. A “anatomia” deixa de ser fundamento e passa a ser um dos efeitos de um regime de poder que organiza quem pode falar, desejar, trabalhar e existir no espaço público.

A centralidade que Freud atribui à diferença anatômica genital é decisiva para seu modelo do Édipo e da organização da sexualidade. A menina, ao constatar a ausência do pênis, seria conduzida à aceitação de uma feminilidade definida negativamente em relação ao masculino. Nesse paradigma, a anatomia é destino, e à cultura caberia apenas administrar as consequências desse dado biológico. Marie Bonaparte (1882–1962) levou essa lógica às últimas consequências: diante da dificuldade em atingir o orgasmo por via vaginal, submeteu-se a cirurgias para aproximar o clitóris da vagina, partindo do princípio de que a anatomia determinaria o prazer. Mais tarde, reinterpretaria a questão como expressão do inconsciente, reafirmando a primazia do falo (Bonaparte, 2022). Seu percurso evidencia como o discurso científico pode operar não como dispositivo de emancipação, mas como tecnologia de normalização dos corpos.

As epistemólogas feministas denunciaram, nas décadas seguintes, tanto o determinismo anatômico quanto o coitocentrismo presentes na teoria freudiana e em certas releituras clínicas. Ao patologizar a diversidade da sexualidade feminina, Bonaparte torna exemplares os modos pelos quais a ciência, ao pretender descrever a realidade, frequentemente reforça normas sociais que sustentam a opressão das mulheres. Nesse ponto, a crítica feminista desloca-se: não se trata apenas de contestar conteúdos teóricos,

mas de interrogar o próprio regime de produção de saber, quem fala, a partir de onde fala e quem é silenciado quando se define o sujeito “universal” da psicanálise. Ainda na primeira metade do século XX, mulheres que transitaram na intimidade do círculo freudiano começaram a contestar, desde dentro, o privilégio da anatomia na construção da feminilidade. Karen Horney (1885–1952), em textos como *A psicologia feminina* (1924) e *A fuga da feminilidade* (1932), questiona a noção de “inveja do pênis” e propõe que o sentimento de inferioridade das mulheres não decorre da ausência anatômica, mas das condições sociais e culturais de subordinação (Rosa, 2024, p. 81). Seu gesto desloca o eixo do corpo para a cultura, antecipando debates que hoje reconhecemos como fundadores dos estudos de gênero.

Helene Deutsch (1884–1982), por sua vez, busca compreender a feminilidade para além de uma simples falta em relação ao masculino. Em *A psicologia das mulheres* (Deutsch, 2022), descreve a maternidade como experiência psíquica estruturante, e não como mero cumprimento de um destino biológico (Rosa, 2024, p. 94). Embora ainda vinculada à tradição freudiana, Deutsch introduz uma inflexão importante ao reconhecer positividade e complexidade na experiência feminina, recusando defini-la apenas como déficit. Sua escrita evidencia o conflito entre a fidelidade ao mestre e a urgência de nomear aquilo que, na psicanálise, permanecia impensável: a pluralidade dos modos de ser mulher. Na mesma geração, Jeanne Lampl-de Groot (1895–1987) busca articular fidelidade teórica e revisão crítica do modelo freudiano. Em seus estudos, propõe compreender a chamada “inveja do pênis” não como simples reação à falta anatômica, mas como fantasia simbólica e transicional, relacionada ao reconhecimento social do poder masculino (Lampl-de Groot, 2022; Rosa, 2024, p. 84). Ao relativizar o caráter universal das fases psicosexuais descritas por Freud, Lampl-de Groot sugere que as expressões da feminilidade são múltiplas, históricas e contextuais.

Horney, Deutsch e Lampl-de Groot marcam, assim, um momento decisivo: o instante em que o discurso sobre o feminino deixa de ser exclusivamente masculino e passa a ser disputado por mulheres no interior da própria psicanálise. Suas vozes anunciam uma inflexão epistemológica que precede o estruturalismo, tensiona a autoridade paterna do texto freudiano e prepara o terreno para a virada simbólica lacaniana. Décadas mais tarde, Jacques Lacan desloca a diferença sexual do campo biológico para o registro simbólico. A diferença deixa de ser essencialmente anatômica e passa a ser pensada como posição

subjativa em torno do significante Falo. Daí sua célebre provocação: “A Mulher não existe” (Lacan, 1972–1973/1985, p. 72). Lacan não nega a existência empírica das mulheres, mas sustenta que não há um significante universal capaz de representá-las como totalidade. A posição feminina inscreve-se, assim, no campo do não-todo, o que implica a impossibilidade de fechamento do conjunto e a afirmação da singularidade de cada mulher. Conforme desenvolve Andréia Stenner, (2019) ao examinar o conceito de não-todo, ela traz que essa formulação não remete a uma falta empírica ou deficitária, mas à indicação estrutural de que o gozo feminino não se deixa integralmente apreender pela lógica fálica e, nesse sentido, o falo permanece como operador central da estrutura do desejo e da linguagem, ao mesmo tempo em que seus limites se tornam evidentes diante daquilo que escapa à sua função totalizante.

É justamente nesse ponto que Luce Irigaray (1974), inicialmente discípula de Lacan, tensiona de modo radical. Em *Espelho da outra mulher*, Irigaray denuncia que a psicanálise lacaniana continua descrevendo a sexualidade feminina como reflexo e espelho do masculino (Irigaray, 1974/2017, p. 15). Em sua crítica ao conceito de “gozo Outro”, desenvolvido por Lacan no *Seminário 20* (Lacan, 1972–1973/1985, p. 72), Irigaray argumenta que a feminilidade permanece confinada ao campo do indizível e do mistério, reafirmando a lógica que se pretendia ultrapassar (Irigaray, 1974/2017, p. 82). Em vez de romper com o falocentrismo, a teoria lacaniana o reconfigura, mantendo a mulher na posição de alteridade irrepresentável. A exclusão institucional de Irigaray da Escola Freudiana de Paris pode ser lida como sintoma de um sistema teórico que resiste à alteridade e ao dissenso. Quando uma teoria que se pretende crítica da repressão não suporta a crítica dirigida a si mesma, revela os limites de seu regime de enunciação. A psicanálise mostra, então, sua face paradoxal: ao mesmo tempo em que desvela o inconsciente, pode funcionar como guardião de uma ordem simbólica que marginaliza quem interroga seus fundamentos.

2. FEMINISMOS, PERFORMATIVIDADE E CRÍTICA DO SEXO/GÊNERO

Nos anos 1970, a filósofa Monique Wittig radicaliza o questionamento das categorias sexuais. Em “A categoria sexo”, sustenta que “sexo” não é dado natural, mas construção política produzida pela opressão (Wittig, 1973/2022, p. 32). Assim como a escravidão inventou a “raça” para justificar a dominação, o patriarcado inventou o “sexo” para legitimar

a subordinação das mulheres. O “ser mulher” não decorre de uma essência biológica, mas de uma posição compulsoriamente atribuída nas relações de poder (Wittig, 1973/2022, p. 34). Contemporânea de Wittig, a antropóloga Gayle Rubin, em *O tráfico de mulheres* (1975), mostra como a psicanálise, embora potencialmente capaz de desnaturalizar o gênero, foi frequentemente apropriada para justificar a subordinação feminina. Conceitos como “inveja do pênis” não expressariam desejo por um órgão, mas reconhecimento do poder social que ele simboliza (Rubin, 1975/2017, p. 43). Para Rubin, a psicanálise se torna cúmplice da heterossexualidade compulsória e do sistema sexo/gênero que organiza a sociedade (Rubin, 1975/2017, p. 54), mascarando relações de poder sob a aparência de neutralidade conceitual.

Na direção de uma crítica decolonial às categorias ocidentais de sexo e gênero, a socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí, em *A invenção das mulheres* (1997), introduz uma ruptura epistemológica decisiva. Ao analisar a sociedade iorubá pré-colonial, mostra que as distinções de gênero, tal como concebidas no Ocidente, não estruturavam as relações sociais antes da colonização europeia (Oyěwùmí, 1997/2021, p. 42). O “feminino” e o “masculino”, assim como a própria ideia de diferença anatômica como fundamento social, aparecem, então, como efeitos de um olhar colonial que impôs categorias corporais e hierarquias eurocêntricas sobre outras cosmologias (Oyěwùmí, 1997/2021, p. 43). A diferença sexual naturalizada pela psicanálise revela-se, nessa perspectiva, como parte de um regime colonial de visibilidade e inteligibilidade dos corpos.

Nas décadas seguintes, o feminismo teórico amplia ainda mais o horizonte da crítica. Em 1985, Donna Haraway publica o *Manifesto ciborgue*, propondo uma figura híbrida, o ciborgue, que desestabiliza as fronteiras entre natureza e cultura, humano e máquina, masculino e feminino (Haraway, 1985/2019). Em 1990, Judith Butler define o gênero como performatividade, isto é, como efeito reiterativo de normas e não como essência (Butler, 1990/2019). A partir daí, tanto a diferença anatômica quanto suas interpretações psicanalíticas deixam de ser concebidas como realidades naturais e passam a ser compreendidas como tecnologias discursivas e regulatórias.

No mesmo período, Thomas Laqueur (1990/2001) demonstra que, até o século XVIII, prevaleceu o modelo anatômico de “um só sexo”, no qual o corpo feminino era concebido como variação imperfeita do masculino. A passagem para o modelo de “dois sexos” não resultou de descobertas científicas, mas de uma necessidade política: justificar a exclusão das mulheres em um contexto de ideais igualitários emergentes. Freud não rompe

com esse paradigma binário; ele o traduz na linguagem da psique, convertendo hierarquias sociais em supostos universais do inconsciente. Mais recentemente, Paul B. Preciado confronta diretamente a psicanálise, denunciando-a como discurso ainda preso à lógica binária e heteronormativa. Em *Eusou o monstro que vos fala* (Preciado, 2019/2022), afirma que as teorias psicanalíticas continuam a patologizar corpos e identidades dissidentes, especialmente experiências trans e queer. A psicanálise não apenas refletiria, mas reproduziria o regime político da diferença sexual, reafirmando a centralidade do falo e da heterossexualidade compulsória. Sua crítica exige uma refundação do saber psicanalítico, capaz de acolher as mutações do corpo, do desejo e da linguagem no contexto pós-binário.

Em consonância com as críticas formuladas por Preciado, pode-se sustentar que a psicanálise não se configura como um saber universal, mas como um campo teórico historicamente situado. As narrativas mítico-psicológicas elaboradas por Freud e Lacan inscrevem-se em um contexto cultural específico da Europa moderna, marcado por determinadas matrizes patriarcais e coloniais de organização simbólica. Nessa perspectiva, a psicanálise pode ser compreendida como um saber atravessado por condições históricas e políticas que, quando não tematizadas, tendem a ser tomadas como universais, o que implica o risco de reiterar formas de exclusão que a própria teoria se propõe a analisar. É possível, no entanto, mobilizar conceitos da própria obra de Lacan para pensar um lugar teórico a partir do qual as críticas feministas e outras formulações que interrogam os regimes normativos de sexuação possam ser articuladas à psicanálise. A função do “+1”, elemento externo que permite à estrutura reconhecer seus limites, pode servir de metáfora para a importância dessas vozes que interpelam a psicanálise de fora e de dentro. Elas são o “+1” que impede o fechamento dogmático da teoria, lembrando que toda pretensão de universalidade é construída à custa da exclusão de um outro. Longe de ameaçar a psicanálise, essas críticas a fortalecem, convocando-a a reconhecer sua historicidade e a ampliar seu campo de escuta.

As teorias que descrevem o feminino como falta, destino ou simples posição simbólica não são neutras: elas moldam o modo como os corpos das mulheres são lidos, tratados e feridos. Ao tratar a diferença anatômica como fundamento da organização cultural, o discurso psicanalítico contribuiu para a elaboração de uma gramática simbólica que organizou, de modo hierarquizado, as posições de gênero. Quando o falo é mobilizado como operador universal do desejo, os corpos femininos passam a ser interpretados a partir

de referenciais que delimitam seus modos de significação, expressão e reconhecimento simbólico. As violências de gênero podem, assim, ser compreendidas não apenas como eventos individuais, mas como efeitos de uma economia libidinal e discursiva que organiza as relações entre os sexos por meio da assimetria e da objetificação. As teorias que descreveram a feminilidade a partir da lógica da falta contribuíram para a produção de quadros simbólicos nos quais a eliminação da diferença aparece como resposta àquilo que desestabiliza a ordem normativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A genealogia percorrida, de Freud a Preciado, revela um movimento contínuo de desnaturalização: do destino anatômico à performatividade, do falo simbólico ao ciborgue híbrido, da universalidade teórica ao reconhecimento das vozes dissidentes. Desmontar essas estruturas simbólicas é, portanto, uma exigência ética e política. Em contextos marcados por diferentes formas de violência de gênero e por regimes de distribuição desigual da precariedade da vida, a adoção de modelos clínicos que concebem a diferença sexual como destino tende a produzir efeitos simbólicos que se articulam a esses quadros sociais mais amplos.

A psicanálise, que nasceu como desvelamento do que produz sintomas, só estará à altura de seu gesto inaugural, se perscrutar, com a mesma seriedade, os sintomas biopolíticos que hoje atravessam corpo e linguagem: transições de gênero, recusas do binarismo, denúncias de racismo estrutural, insurgências decoloniais. Quando essas experiências são tratadas como ameaça à teoria ou como “modismos identitários”, o que se revela não é a força da psicanálise, mas a fragilidade narcísica de quem a maneja.

Quando tais experiências são abordadas como ameaça à teoria ou desqualificadas como fenômenos contingentes, “modismos identitários”, evidencia-se menos a consistência do arcabouço teórico e mais os limites de sua abertura à crítica. A recusa do confronto teórico tende a produzir efeitos de exclusão simbólica, que, no campo da psicanálise, incidem diretamente num certo efeito de forclusão do sujeito. Na medida em que a teoria se fecha à alteridade e à revisão de seus próprios pressupostos, corre o risco de assumir um funcionamento dogmático.

Na *História de uma neurose*, Freud relata o episódio em que sua paciente Emmy von N. lhe diz: “Fique calado e não me toque” (Freud & Breuer, 1895/1996, p. 89). Naquele momento, em vez de reagir narcisicamente na contratransferência, Freud silenciou e escutou. Obedeceu. Mais tarde, porém, recusou-se a escutar outras mulheres, teóricas, colegas, feministas, que desafiaram os limites de seu saber. Do mesmo modo, Lacan, ao expulsar Luce Irigaray da Escola Freudiana de Paris, reiterou o gesto de fechamento dogmático diante da crítica.

Hoje, quando feminismos, teorias queer e perspectivas decoloniais interpelam a psicanálise, a pergunta que se coloca é: trata-se de um silêncio que sustenta a escuta do sujeito ou de um silêncio que opera como forclusão do que não encontra lugar no discurso teórico? Todos os dias, mulheres e corpos dissidentes continuam sendo silenciados, violentados e mortos. Nessa medida, a reivindicação de neutralidade teórica pode operar como recusa de confrontar o real que retorna sob a forma de violência. Insistir na naturalização da diferença anatômica é oferecer, mais uma vez, as “ferramentas do senhor” para manter em pé a casa-grande que Audre Lorde nos convida a derrubar. Quando o silêncio deixa de se articular à escuta, ele se converte em operador de exclusão, fazendo retornar no real aquilo que o discurso se recusou a simbolizar.

Escutar implica tensionar a herança conceitual da psicanálise, reconhecendo o caráter historicamente situado das categorias que tomaram a anatomia como fundamento da sexuação. Que o silêncio articulado à escuta, mas não à preservação do dogma, possa novamente ocupar um lugar central na prática e na transmissão da psicanálise.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. v. 2. Obra original publicada em 1949.

BONAPARTE, Marie. *Amor, sexualidade, feminilidade*. Tradução de Maria Lúcia Homem. São Paulo: Zagodoni, 2022.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. Obra original publicada em 1990.

_____. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Ávila. São Paulo: n-1 edições, 2020.

DEUTSCH, Helene. *A psicologia das mulheres*. Tradução de Maria Rita Kehl. São Paulo: Zagodoni, 2022.

FREUD, Sigmund. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos (1925). In: **FREUD**, Sigmund. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 19.

_____; **BREUER**, Josef. Estudos sobre a histeria (1895). In: **FREUD**, Sigmund. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 2.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: **HOLLANDA**, Heloísa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. Texto original publicado em 1985.

HORNEY, Karen. *A psicologia feminina*. Tradução de Maria Rita Kehl. São Paulo: Zagodoni, 2022.

IRIGARAY, Luce. *Espelho da outra mulher*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2017. Obra original publicada em 1974.

LACAN, Jacques. O seminário, livro 20: Mais, ainda (1972–1973). Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LAMPL-DE GROOT, Jeanne. *O desenvolvimento da feminilidade e outras conferências*. Tradução de Maria Rita Kehl. São Paulo: Zagodoni, 2022.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Obra original publicada em 1990.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. Obra original publicada em 1997.

PRECIADO, Paul B. Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Zahar, 2022. Obra original publicada em 2019.

ROSA, Camila Terra da. As pioneiras da psicanálise: história e feminilidade. Porto Alegre: Artes & Ecos, 2024.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. In: _____ . Política do sexo. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu, 2017. Ensaio original publicado em 1975.

STENNER, A. S.. O feminino e a psicose: observações clínicas. 1. ed. Juiz de Fora: Siano, 2019. v. 1. 204p .

WITTIG, Monique. O pensamento heterossexual e outros ensaios. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu, 2022. Textos originais publicados nas décadas de 1970–1980.